

Sarney consegue reconhecer fundação

JORNAL DO BRASIL

12 MAR 1994

Arquivo

FRANCISCO GONÇALVES

BRASÍLIA — A Fundação da Memória Republicana, controlada pela família do senador José Sarney (PMDB-AP), recebeu da Presidência da República, na terça-feira, o título de entidade de utilidade pública com direito a isenções fiscais, apesar de pareceres técnicos contrários do Ministério da Justiça. Envolvida na CPI do Orçamento por ter recebido, em 1992, US\$ 55 mil, através de uma emenda de Sarney, a Fundação, segundo análise da Secretaria dos Direitos da Cidadania e Justiça do Ministério, é uma entidade "com administração familiar e vitalícia destinada, dentre outros objetivos, a preservar o seu patrimônio particular".

Mesmo sabendo do veto de sua área técnica, que por duas vezes negou o pedido de concessão do título, o ministro da Justiça, Maurício Corrêa, decidiu enviar ao presidente Itamar Franco a recomen-

dação favorável. "Só pode ter dedo de gente do Planalto por trás dessa história, porque o ministro não fez qualquer exigência para alterar os pareceres de seus subalternos", revelou um de seus assessores.

Na primeira instância, o pedido foi negado pelo secretário dos Direitos da Cidadania e Justiça, Pedro Demo. A Fundação recorreu e perdeu. O consultor jurídico do Ministério, Guilherme Magaldi Netto, também rejeitou o pedido. "A concessão desse título a essa fundação é completamente absurda. Quando pensei que o caso estava encerrado, apareceu o decreto no Diário Oficial", reagiu um perito que examinou o processo.

Para indeferir o pleito da Fundação, a assessora Marina Landim Ferreira, primeira técnica a vetar o título de utilidade pública, afirmou que a entidade não apresentou relatório sobre suas atividades em 1990 e 1991, como exige a lei. Além dis-



Sarney: irregularidade nas contas

so, destacou que, embora tenha sido criada para promover os "ideais republicanos", a entidade patrocinou nos dois anos seguintes eventos dos mais variados. Entre eles, um congresso de ginecologia, refeições de grau, comemoração de um ano da loja Ki-tanga, curso de controle mental e até shows.

O parecer de Marina observa também que a Fundação é mantenedora do Centro de Documentação José Sarney, encarregado de preservar, pesquisar e divulgar "os acervos documentais do político e escritor José Sarney, antes, durante e depois da sua passagem pela Presidência da República". Marina teve seu parecer endossado pelo secretário Pedro Demo. A técnica argumenta ainda que todo esse "patrimônio", segundo estatuto da Fundação, será revertido ao seu instituidor, Sarney, em caso de extinção da entidade, cuja direção vitalícia está em suas mãos.

Técnicos não recomendaram

O parecer da técnica Marina Landim chegou a ser contestado pela Fundação. Um dos argumentos era que ela não tinha analisado de forma séria, correta, e isenta, "sem ódio ou preconceito", os objetivos da entidade. A Fundação alegou ainda que a técnica deixou claro seu propósito de "indeferir o pedido de qualquer jeito". Rosa Maria Fleury, advogada da Consultoria Jurídica do Ministério, não concordou com essas ponderações e também recomendou indeferimento do pedido. Sua avaliação foi acompanhada pelo consultor jurídico, Guilherme Magaldi Netto.

A 28 de janeiro, Magaldi assinou despacho desconsiderando o recurso da Fundação e deixou espaço em branco para que o ministro Maurício Corrêa fizesse o mesmo. Mas não o fez. Corrêa afirmou que a Fundação, apesar de não ter apresentado relatório de atividades em 1990 e 1991, informou que está funcionando desde 1º de fevereiro de 1990.

Sobre o Centro de Documentação José Sarney, Corrêa reproduz justificativa da entidade, dizendo que a instituição é o "primeiro grande centro de documentação presidencial da América Latina".